

REVISTA MARACANAN

Entrevista

Entrevista com Professora Leila Algranti (Unicamp)

Interview with Professor Leila Algranti (Unicamp)

Eliane Cristina Deckmann Fleck*

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

Juliana Gesuelli Meirelles**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, São Paulo, Brasil

Mauro Dillmann***

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil



* Professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestre e graduada pela UNISINOS. Integra a Rede de investigadores da *Sociedade Internacional de Estudos Jesuíticos (SIEJ)*, com sede na EHESS, Paris (França) e a Red-HBP - *Red de Historia de Brasil y Portugal* -, com sede na UBA, Buenos Aires (Argentina), bem como a *Comisión Permanente de las Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*. (efleck@unisinobrasil.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-7525-3606>

 <http://lattes.cnpq.br/8304454301957911>

** Professora das Faculdades de História e Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS). Doutora e Mestre em História Política pela Universidade de Campinas. (jugmeirelles@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-8722-6173>

 <http://lattes.cnpq.br/6609858966963474>

*** Professor Adjunto no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Doutor e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, (UNISINOS). Foi coordenador do Grupo de Trabalho História das Religiões e Religiosidades (Anpuh-RS) entre 2014 e 2018. Integra os seguintes Grupos de Pesquisa (CNPq): 'Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-Americano', 'Paisagens Híbridas' e 'Heduca - História e Educação: textos, escritas e leituras'. (maurodillmann@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-8315-7788>

 <http://lattes.cnpq.br/5567003394621139>

Para começar, poderia contar-nos quais foram os professores/historiadores que mais a influenciaram em sua formação na USP e ao longo de sua atuação na Unicamp.

Leila Algranti: Agradeço à Revista Maracanan e aos organizadores do dossiê *Saberes e poderes no universo ibérico: discursos da cultura escrita na modernidade (séculos XVI-XIX)* o convite para conceder esta entrevista, a qual me proporcionou a oportunidade de lembrar e refletir sobre a minha trajetória acadêmica.

Certamente a maior influência e inspiração na minha formação como historiadora foi o professor Fernando Antônio Novais. Os seminários de História Moderna que tive o privilégio de assistir sob a sua direção, ainda estudante, proporcionavam um sentimento intenso de renovação e de confiança no Curso de História, numa USP combatida pela Ditadura Militar. No futuro, mais do que orientador de dissertação de Mestrado e de tese de Doutorado, Novais me ensinou (e continua ensinando) que fazer História é algo bem difícil – “para profissionais” – como costuma dizer. Ele também me ensinou, com suas próprias ações, ética profissional e, acima de tudo, amor pela História. Outros professores foram inspiradores e nos estimulavam a seguir em frente. Suely Robles Reis de Queiroz, por exemplo, apresentou aos alunos da disciplina de Brasil Independente (eu entre eles) os acervos do Arquivo do Estado de São Paulo: uma emoção inesquecível. Contudo, ingressar no Departamento de História da Unicamp, mestre e ainda bem jovem, teve impacto significativo na minha atuação como historiadora, pois me deparei com um ambiente criativo e inovador em vários campos da História, com a possibilidade de escolher meus próprios temas de pesquisa, bem como caminhos. Penso que foi o clima de inquietação intelectual encontrado no Departamento o que mais me estimulou a “inventar” e a estudar para oferecer diversos cursos do tipo Tópicos Especiais em História, em meio a um currículo de Graduação absolutamente não convencional e diferente de tudo o que eu havia conhecido. Estar vinculada a uma instituição de ensino e pesquisa, em um período de grandes mudanças na historiografia e de extensa ampliação da Pós-Graduação em História no país, me possibilitou intercâmbios acadêmicos com colegas de outras Universidades, algo vital para o desenvolvimento científico, além da oportunidade de pleitear e receber recursos públicos para realizar minhas pesquisas em arquivos brasileiros e estrangeiros.

Num exercício de reflexão da própria produção historiográfica, entre suas primeiras e suas atuais publicações, como percebe a mudança na sua concepção de história e no seu modo de construir e narrar a história?

Leila Algranti: Como muitos dos historiadores da minha geração, meu percurso iniciou-se na história social e econômica, migrando gradualmente para uma história sócio-cultural. Ao longo da minha formação na USP havia um debate historiográfico em curso e o vigor da historiografia marxista se fazia presente nas salas de aulas, nos textos lidos e no movimento editorial como um todo, o qual marcou meus primeiros estudos. Tratava-se de uma forma de escrever e de pensar a História em termos dos sistemas econômicos. Contudo, foi também no Curso de Graduação que entrei em contato com o que depois entendi se tratar de uma renovação da história e da sua escrita. Por meio de obras de historiadores primordialmente ingleses e franceses da *New Social History* e da historiografia dos *Annales*, os agentes históricos começaram a ganhar proeminência nos estudos históricos. Dessa forma, procurar “ouvir” suas vozes revolucionou, a meu ver, a pesquisa, a escrita e a concepção de História. As chamadas “versões” ou pluralidade da história entraram na pauta do debate historiográfico. Estudos como o de Paul Veyne (*Como se escreve a História*) que desafiaram as noções abstratas na História, como ciência e verdade e nos levaram a pensar sobre a construção dos fatos históricos, já estavam presentes nos cursos de Teoria da História que frequentei como estudante, mas só alguns anos mais tarde ganharam dimensão maior e passamos a refletir sobre as diferenças entre ficção e história; verdade e verossimilhança. Por outro lado, creio que foi por volta dos anos 1980-90, no apogeu do movimento da Nova História, que os historiadores (franceses especialmente) conquistaram espaço na mídia. Algumas obras passaram a ser consumidas como literatura, tal a elegância e a clareza de sua escrita. Em meio a esta torrente de produção histórica inovadora e fortemente estabelecida, o debate sobre o retorno da narrativa na História foi inevitável. Aliás, este é um tema recorrente no interior da disciplina histórica, uma vez que a narrativa é fundamental para a escrita historiográfica. Estamos falando de meio século de trabalho intenso de historiadores profissionais. É difícil tratar de tantos movimentos importantes na historiografia, neste breve espaço. Mas certamente alguns desses movimentos marcaram fortemente minha produção como historiadora da América portuguesa. Assim, entendi a escravidão na Colônia como um sistema sócio econômico e me interessei em pesquisar sobre os “excluídos da história” (escravos, mulheres). Por outro lado, acompanhei a tendência da circularidade cultural, da descrição densa e a consequente influência da Antropologia nos temas e abordagens dos historiadores. Dessa forma, fui aportar na história cultural que me levou ao universo dos livros, da leitura e posteriormente à temática da alimentação. Portanto, me formei e desenvolvi minha carreira no interior de algumas tradições históricas; considero bastante difícil ultrapassá-las, embora algumas abordagens tenham seus atrativos, como a valorização dos discursos, por exemplo, ou uma história do discurso, bem como os avanços em filosofia da linguagem. E inclusive, numa guinada para outro debate importante, poderíamos lembrar as críticas polêmicas de Dominik LaCapra à história social da cultura.

Como os debates sobre história e literatura perpassaram a sua produção? E quais historiadores e/ou quais referências bibliográficas lhe foram decisivos nesse processo.

Leila Algranti: Iniciei meus estudos da cultura escrita – no final dos anos 1990 – pela questão do letramento, das formas de leitura e seus significados. *Culturas do povo* foi uma obra que me marcou profundamente, assim como outros livros de Natalie Davis. *O Queijo e os vermes* é outro livro que também havia chamado a minha atenção em relação às formas de “ler” de um indivíduo iletrado, sendo certamente Carlo Ginzburg um expoente na historiografia abraçada pela minha geração. Nesse sentido, talvez possa dizer que incentivada pela história da leitura na Europa e, especialmente nos Estados Unidos, passei a ficar mais atenta à questão da recepção de ideias e seus significados, do que com a problemática da emissão, apesar da intrínseca relação existente entre as duas ações. A literatura participou, portanto, como elemento de estudo no segmento específico da circulação dos livros, no universo mais amplo da História da Leitura. Nesse sentido Robert Darnton foi por mim lido com grande aceitação e entusiasmo: desde seus estudos sobre bibliotecas e livros censurados, aos ensaios dedicados a grupos profissionais específicos do circuito livreiro, como por exemplo, editores, censores ou letrados. Não me envolvi nas discussões calorosas sobre a relação entre história e literatura, talvez porque sempre tive grande resistência em atenuar as fronteiras existentes entre ambas. Apesar de defender que a criatividade é indispensável ao bom desempenho do ofício do historiador, acredito que a História está longe de ser confundida com fantasia, parceira fervorosa da ficção. Afinal, esta última não precisa de evidências ou provas, como se dizia em outros tempos. Não creio que tais posições signifiquem um retorno às concepções de história oitocentistas, como poderia sugerir Hayden White. Creio que é possível observarmos junto com Arnaldo Momigliano, em um estudo sobre historiografia, que “qualquer que seja a tradição historiográfica, essa sempre teve na veracidade o objetivo a ser alcançado”.¹

Quando lemos *Honradas e Devotas* (1993) e também *Livros de Devoção e atos de censura* (2004), deparamo-nos com sua minuciosa articulação de fontes para a construção da narrativa. No momento em que tais pesquisas foram realizadas, quais foram as facilidades e as dificuldades enfrentadas? Como foi a sua experiência de pesquisa nos arquivos nacionais e estrangeiros?

Leila Algranti: Esta pergunta me leva a perceber que embora consulte manuscritos, desde a pesquisa para a elaboração do *Feitor Ausente* (dissertação de Mestrado), meu interesse de estudo no campo da cultura escrita voltou-se prioritariamente para os impressos, como no

¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. Trad. Stella Mastrangelo. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

caso dos livros religiosos e sua circulação. O mesmo é válido para a questão da guarda de documentos, tema que jamais contemplei, mas tem estimulado estudos valiosos nessa área, entre os quais os de Fernando Bouza. No entanto, a primeira pesquisa de fôlego que realizei foi em grande parte desenvolvida no Arquivo Nacional, tendo por base as correspondências do intendente da polícia, no Rio de Janeiro joanino. Aliás, acho importante assinalar que mesmo tendo consultado vários acervos documentais em instituições brasileiras (públicas e privadas), bem como no exterior, só considero que uma pesquisa sobre o Brasil colonial está concluída após verificar as fontes existentes no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. São instituições fundamentais para a história do Brasil. Sabemos que arquivos e bibliotecas são os laboratórios dos historiadores. Dito isto, penso que chegamos ao ponto central da minha resposta: não bastam as fontes (impressas ou manuscritas) para realizar um trabalho de História. Ou como explicitado na pergunta: para “compor uma narrativa histórica”. É a historiografia que nos inspira e é com os demais autores que estudaram a temática em foco com quem aprendemos e dialogamos. Sem algum conhecimento prévio do assunto, sem formular perguntas, não há como “ouvir” as informações que as fontes têm a nos oferecer. Não basta localizá-las, é preciso saber lê-las. A narrativa histórica é o resultado dessa combinação harmoniosa entre o que as fontes informam com o que a bibliografia específica esclarece, proporcionando a interpretação e os *insights*. É essa a conclusão a que cheguei, após muitos anos pesquisando em arquivos e bibliotecas. A princípio trabalhei com ficheros e catálogos físicos, os quais foram posteriormente informatizados, até chegarmos recentemente às plataformas documentais. Sempre estranhemos as mudanças nas práticas cotidianas, mas quando trazem benefícios, nos acostumamos a essas facilmente. Também aprendi que para o sucesso de uma consulta documental é preciso entender a lógica da classificação dos assuntos na instituição de guarda em questão. Na verdade, não é muito diferente do que dominar a linguagem de um programa de classificação de dados e metadados. Nesse sentido, pesquisar no Brasil sempre me pareceu mais fácil do que fazê-lo no estrangeiro porque aqui dominamos melhor os aspectos culturais envolvidos, ou seja, as formas de tratamento, a organização e as regras de consulta dos acervos. Fora do país, não é raro, nós brasileiros, sofrermos algum tipo de preconceito, o qual pode dificultar a investigação. Além disso, é preciso não esquecer que nem todos os arquivos são públicos, como os arquivos eclesiásticos, no caso do Brasil. Então é preciso respeitar as normas e horários de consultas, o que também nem sempre é fácil. Tudo isso é complexo, cansativo e ao mesmo tempo maravilhoso, pois estar presencialmente no arquivo estimula a troca de informações entre os pesquisadores que compartilham alegrias e frustrações nas antessalas ou cafeterias dessas instituições. Romanticamente eu diria: nem a melhor plataforma documental do mundo substitui o contato direto com as fontes, com o arquivista e com os colegas.

Considerando a crescente digitalização dos documentos e a relativa facilidade de acesso virtual aos arquivos e bibliotecas do mundo todo, qual a sua percepção acerca do impacto dessa nova realidade no constructo da pesquisa histórica?

Leila Algranti: Como eu disse na resposta anterior, é comum termos uma visão romântica do trabalho nos arquivos físicos. Trata-se de atividade árdua. Certamente a digitalização não substitui totalmente as consultas locais aos acervos físicos. Como a microfilmagem não substituiu o manuseio do documento. Mas o que chamamos hoje de história virtual representou uma amplitude de opções, a ponto de ser impossível pensarmos atualmente em uma pesquisa sem os fantásticos recursos da tecnologia virtual. Esta, por sua vez, interfere diariamente na prática dos historiadores e historiadoras, quer seja na sala de aula, na pesquisa, ou na escrita da História. Não há como negar que os avanços tecnológicos desencadearam um movimento de mudança na historiografia, ou seja, na forma de se escrever a história na era digital. Isso porque as ferramentas digitais alteraram nossos modos de apreensão e compreensão dos acontecimentos históricos. Costuma-se dizer que ficou bem mais complexo o trabalho do historiador, apesar das reais facilidades de localização e disponibilização de fontes, bem como a análise dos dados coletados. Trabalhei desde o Mestrado com programas estatísticos desenhados especialmente para as Ciências Humanas, os quais foram muito utilizados pelos historiadores ao longo dos anos 1970-1980, pois substituíam os procedimentos clássicos de cálculos manuais. Mas se tratava basicamente de coletar e contabilizar com a ajuda do computador. A história na era virtual vai bem além do simples uso da máquina. Em termos de fontes, amplia sem limites o universo de coleta e as possibilidades de acesso a dados. Se antes os limites de uma pesquisa se impunham em função do tempo e da acessibilidade física aos documentos, hoje com os recursos digitais, a finalização de uma pesquisa é algo muito difícil e exige disciplina, método e clareza de objetivos, sob o risco de não pararmos nunca de coletar dados. Os estudiosos dessas questões, contudo, têm nos alertado para outros aspectos e desafios da história na era virtual. Para Chartier, por exemplo, a internet nos oferece uma leitura fragmentada. "Pedacos de textos ou fragmentos de textos".² Ginzburg também chamou a atenção para a desigualdade de acesso à tecnologia, o que compromete de certa forma o potencial de transformação que o mundo digital possui. Com seu olhar inquietante nos alertou para o fato de que há alguém por trás das máquinas, ao afirmar: "A internet funciona como um imenso índice de assuntos, o qual para cumprir seu destino funciona como instrumento de busca apurada, desde que saibamos fazer boas e precisas perguntas".³ Está claro, portanto, que reunir todo esse imenso material disperso exige mais do que conhecimento técnico. Assim, acredito que é preciso ir com cautela ao explorar as plataformas de fontes digitais.

² CHARTIER, Roger. "A resposta está nos nativos digitais". Almanaque Hoje em dia, 28/06/2016.

³ Fronteiras do Pensamento - Carlo Ginzburg [parte I]. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=QKdfsVBP20E&t=15s. Acesso em: nov. 2021.

Suas pesquisas apontam para o cuidado teórico-metodológico que devemos ter ao abordar a cultura escrita, atentando para a necessidade de considerarmos, a produção, a divulgação, o consumo, os discursos de valores, normas e práticas. Quais foram suas influências teóricas, especialmente em se tratando da História do livro, da leitura e escrita?

Leila Algranti: Como a maior parte dos autores que trabalharam no campo da história da leitura no Brasil, ao longo do final dos anos 1990 e início do século XXI, Roger Chartier e Robert Darnton foram os historiadores que mais me influenciaram, como já comentei em outra resposta. Este último foi inspirador para mim talvez porque, assim como ele, me inclinei para uma história social da cultura e acabei buscando algumas fontes similares para os ensaios publicados em *Livros de Devoção, Atos de Censura*. Roger Chartier, por outro lado, foi a inspiração e o mestre juntamente com Michel de Certeau para eu centrar o olhar nas práticas culturais e, é claro, nas práticas de leitura. Mas há um segmento da história da cultura escrita que explorei brevemente e depois acabou me empolgando, o qual se vincula ao domínio da materialidade dos objetos que transmitem a leitura. Neste campo de estudos, os trabalhos de Fernando Bouza me impactaram imensamente pela originalidade e criatividade. Aliás, foi somente após a publicação da obra *Livros de Devoção, Atos de Censura* que entrei em contato com a produção desse historiador espanhol. Fui apresentada à sua produção por Ana Paula Megiani, quando coordenamos a área de História Cultural junto ao mega Projeto Temático Fapesp, *Dimensões do Império português (séculos XVI-XIX)*, uma experiência incrível de trabalho coletivo que reuniu mais de 15 pesquisadores doutores e seus orientandos, vinculados a quatro instituições paulistas de pesquisa (USP, UNIFESP, UNICAMP e CEBRAP), sob a coordenação geral de Laura de Mello e Souza, amiga e parceira de estudos, desde a época da escola primária. Ao organizar com Megiani, no âmbito do Projeto Temático, o encontro Internacional *Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*, o qual deu origem à coletânea de ensaios intitulada *O Império por Escrito*, já tínhamos discutido no nosso grupo de estudos textos de Fernando Bouza (especialmente do livro *Corre Manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*) extremamente inspiradores sobre a cultura escrita. Posteriormente, por intermédio de uma aluna e colega, Adriana Angelita da Conceição, entrei em contato com a produção de Antonio Castillo Gomez. Tais autores ofereceram novas abordagens à temática e lhe imprimiram rumos bastante promissores.

Sua participação enquanto pesquisadora no Centro de Estudos de Gênero PAGU/Unicamp e na Revista Cadernos Pagu, além de uma parte de sua produção bibliográfica direcionada ao gênero feminino, parece ter pautado seus interesses nos anos 1990. Hoje, pesquisas cujos recortes estão pautados no gênero parecem vir acompanhadas e articuladas com discussões sobre corpos, sexualidades, identidades e relações étnico-raciais. Quais as suas percepções sobre as mudanças e discussões mais recentes sobre gênero na historiografia? E como elas têm influenciado seu fazer histórico?

Leila Algranti: Participar da criação do Pagu e assumir sua coordenação em mais de uma ocasião foi uma experiência pessoal e acadêmica muito gratificante. Certamente o elemento de contato com o grupo inicial de pesquisadoras do Núcleo foi o meu estudo dedicado às mulheres reclusas no Brasil Colonial (*Honradas e Devotas*). Penso que desde então a categoria *mulher* esteve presente no meu horizonte de investigações e posso dizer que elas voltaram à cena como personagens centrais nos ensaios que escrevi posteriormente, dedicados à história da leitura. Contudo, o mesmo não acontece com as análises de gênero. Refiro-me à abordagem relacional entre os gêneros, que está implícita nessa categoria de análise. Em 2012, em parceria com Wanessa Asfora, organizamos um dossiê sobre “Gênero e Alimentação” nos Cadernos Pagu, no qual várias historiadoras participaram. Quase vinte anos haviam se passado desde a minha estreia como coordenadora do Pagu e pude avaliar que as mudanças nas abordagens históricas sobre as mulheres e os homens tinham sido profundas e inevitáveis. Ao longo desse período, “gênero” se tornou uma categoria explicativa indispensável para as análises sociais. Penso que uma reflexão tendo por base os artigos da própria revista Cadernos Pagu, pode oferecer um panorama da história do uso da categoria “gênero” nos trabalhos das historiadoras. Muito provavelmente os artigos indicarão as tendências, interesses e temáticas que envolveram os estudos de gênero no Brasil e no estrangeiro. E, o mais curioso, é que embora Joan Scott seja historiadora, seus famosos estudos impactaram intensamente (talvez até mais do que a História) outras áreas das Ciências Humanas, como a Antropologia e a Sociologia e isso, creio, os artigos dos Cadernos Pagu deverão apontar também. Ou seja, no domínio dos estudos de gênero, eu sigo aprendendo bastante com os/as colegas da Antropologia e da Sociologia. No domínio da História da América portuguesa as análises de gênero são praticamente inexistentes. Talvez seu uso seja anacrônico, não sei. Acho que vale a pena estabelecer a comparação entre a presença das análises de gênero na História e nas demais Ciências Humanas.

A partir dos trabalhos de orientação desenvolvidos, em que medida e de que modo consegue acompanhar e/ou dialogar com a produção e trajetória dos seus ex-alunos?

Leila Algranti: A relação entre orientador e orientando não é diferente de outras relações de trabalho e ou afetivas, pois proporciona trocas de diferentes tipos e colaborações. Algumas vezes são relações passageiras e duram enquanto o vínculo institucional permanece. Outras vezes são duradouras e os contatos se estendem profissionalmente em novas parcerias ou simplesmente se transformam em laços de amizade. Independentemente do tempo de duração, sempre aprendo muito com meus alunos e alunas, uma vez que seus estudos são desvinculados dos meus e eles usufruem de liberdade absoluta para escolherem seus objetos de pesquisa. As poucas vezes em que as temáticas se cruzaram (minhas e deles/delas), os resultados foram tão diferentes do que eu havia produzido que chegaram a me surpreender as diferenças na abordagem ou no enfoque adotado. Quando um aluno me aparece com uma bibliografia específica sobre seu tema, a qual eu desconheço totalmente, costumo repetir o que aprendi com

o meu orientador: “Parabéns! Vejo que tomou posse do seu tema e se tornou um especialista”. Por outro lado, seus objetos de estudo, costumam me despertar o interesse e acabo lendo e me atualizando a partir do que pesquisam. Lembro de um exame de Qualificação para Mestrado de uma aluna, no qual havia na banca uma ex-orientanda. Sua arguição foi repleta de indicações de leituras e de textos que eu desconhecia ou nem me lembrara de sugerir. Ela revirou o projeto do avesso e propôs uma estrutura possível para a dissertação. Aquele foi um momento de enriquecimento (e de orgulho) imenso para mim. É muito bom trocar de posições e oferecer um texto em elaboração para os orientandos debaterem. Melhor ainda quando se lembram de nos enviar seus livros ou artigos recentemente publicados: sinal de que já dominam os instrumentos e as técnicas de “voo”. Não são mais aprendizes.

Suas produções bibliográficas passaram pela história da escravidão, das mulheres, do livro, das leituras religiosas e, recentemente, pela história das sociabilidades e da alimentação. Como essas temáticas se conectam com sua trajetória e com suas escolhas teórico-metodológicas?

Leila Algranti: Creio que o meu interesse pela História do Brasil Colonial deriva do contato mais direto com a historiografia europeia da Idade Moderna, estimulado ainda estudante nos seminários dessa Disciplina, conforme mencionei anteriormente. Os temas e os agentes históricos escolhidos para estudos específicos – escravos, reclusas, livros e leituras, alimentação – apresentam-se para mim como “janelas” para melhor observar a sociedade e a cultura na América portuguesa, em fins do período colonial. Não me considero uma especialista em história da escravidão, nem tampouco em história das mulheres ou feminismo. A área de concentração de meu interesse maior é a história da América portuguesa. Foi pesquisando e estudando este período da História do Brasil que construí toda a minha carreira e formei um grupo expressivo de alunos, orientando investigações distintas. Por outro lado, com relação às escolhas temáticas e à minha trajetória de pesquisa, assim como a da maior parte dos historiadores, foi influenciada pelos movimentos da historiografia e essas tiveram, obviamente, uma marca geracional. Isto significa dizer, que o tempo presente participa integralmente no estudo do passado. Quando escolhi, por exemplo, estudar a escravidão africana no Rio de Janeiro, o fiz como muitos dos meus colegas, uma vez que o tema da escravidão africana no Brasil atraía muitos jovens historiadores. Havia uma perspectiva histórica de pensar a colonização da América como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo. Não se tratava, portanto, de estudar mais uma instituição na sociedade colonial, mas aquela que lhe dava corpo e articulava o conjunto das relações políticas, econômicas e sociais. A influência da Nova História e da Unicamp nas minhas escolhas eu também já destaquei nesta entrevista. Assim, na esteira da “História vista de baixo” e dos seus excluídos, as mulheres coloniais chamaram a minha atenção a partir de fontes localizadas no Arquivo Nacional, ainda durante a pesquisa para o Mestrado. Entender as finalidades dos recolhimentos femininos na sociedade colonial, bem como o modo de vida de suas habitantes foram as questões com as quais iniciei a pesquisa do Doutorado. Não é difícil

perceber como as reclusas se tornaram “leitoras” ou “escritoras” nos meus estudos posteriores, pois para analisar as práticas de leituras era preciso delimitar um espaço histórico (conventos e recolhimentos), um segmento de leitura (livros religiosos) e agentes históricos/leitores (as reclusas). Por outro lado, saí do tema dos conventos e recolhimentos pela porta dos fundos, como costume brincar, pois foi a partir das suas cozinhas e do hábito de fazer doces das religiosas que passei a refletir sobre a doçaria como elemento de intercâmbio cultural entre Metrópole e Colônia. Dos livros e folhetos religiosos, passei a me interessar por livros de cozinha antigos e por registros sobre práticas alimentares. Mudou o objeto observado, mas a experiência da pesquisadora e a sua imaginação foram muito úteis. Os segmentos da alimentação investigados posteriormente (bebidas, temperos, cultura material) foram uma decorrência de desdobramentos temáticos de uma pesquisa mais ampla, a fim de compreender melhor a sociedade colonial por meio da alimentação. Creio que o fio que uniu tudo isso, ao longo de mais de quarenta anos de estudos, foi pensar a Colônia como extensão modificada da Metrópole, no interior do vasto império português da Época Moderna, em conexão com suas diferentes localidades.

Recentemente a obra *História & Alimentação, Brasil, séculos XVI-XXI*, organizada com Sidiana de Macêdo, reuniu contribuições de inúmeros historiadores. O que a motivou a desenvolver pesquisas sobre história da alimentação? E, pensando no movimento contemporâneo em prol de alimentação saudável, quais fatores podem ser elencados como justificativas de relevâncias sociais dessas pesquisas?

Leila Algranti: O estudo da Alimentação por parte dos historiadores é de fato bem mais recente, se compararmos com a importância que a temática desfrutou na Antropologia e na Sociologia, desde o início dessas disciplinas. O envolvimento dos historiadores com a alimentação tem a ver com os movimentos da historiografia, especialmente com o despertar para a História do cotidiano e da vida privada (anos 1960/1970). No Brasil o interesse dos historiadores para a alimentação data do final da década de 1990 e no meu caso não foi diferente. O mote ou o ponto de partida do meu trabalho nessa área de estudos foi o capítulo que escrevi para o volume dedicado à América portuguesa, na coleção da *História da Vida privada no Brasil* (1997) organizado por Laura de Mello e Souza, intitulado "Família e Vida doméstica". A pesquisa realizada para este trabalho me proporcionou o reencontro com o fichário *Equipamentos da Casa Brasileira - usos e costumes - Arquivo Ernani Silva Bruno*, existente no Museu da Casa Brasileira, o qual possui uma seção sobre alimentação. Participei ainda estudante, da criação desse acervo, sob a orientação de Ernani Silva Bruno, então diretor do Museu. Hoje o fichário encontra-se integralmente digitalizado e disponível para consulta *online* e, de certa forma, isso ocorreu estimulado por tal projeto. Mas há também outro fator importante: o interesse que as questões de culinária e gastronomia começaram a despertar em diferentes segmentos da sociedade brasileira, no início dos anos 2000. Algo bastante visível, por exemplo, na multiplicação de cursos de gastronomia, em nível superior, ou na ampliação dos programas sobre culinária na televisão brasileira e internacional, além de uma avalanche de

novos livros de receitas que acabaram por determinar um espaço alargado nas livrarias brasileiras. Enfim, se estabeleceu uma ampla discussão, em vários tipos de mídias, sobre diferentes aspectos da alimentação, tais como comida saudável, *fast food* e *slow food*, produtos locais ou do “*terroire*”, e debates sobre a macdonaldização em esfera global. Esta última provocou diferentes estudos comparativos sobre os hábitos alimentares dos norte-americanos e dos europeus do norte e do sul. Hoje, a história da alimentação no Brasil é um campo de estudos plenamente estabelecido e o objetivo do livro *História & Alimentação* foi destacar o espaço conquistado nos Programas de Pós-Graduação em História de todo o país. Daí ser uma obra coletiva que reuniu historiadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa brasileiras, a qual abrange diversos segmentos da história da alimentação em localidades e temporalidades específicas. Um trabalho realizado com Sidiana de Macêdo lançado no meio da pandemia com imenso apoio e adesão dos autores.

Em que medida os trabalhos produzidos por este novo “campo” da historiografia brasileira, História da Alimentação, têm se filiado às discussões que vêm sendo feitas sobre a circulação e a apropriação de saberes no mundo ibérico, à luz do debate em torno da relação entre centro/periferia, tão caro aos estudos pós e decoloniais?

Leila Algranti: A ideia de mediação cultural é uma abordagem fundamental quando se analisam práticas culturais, sejam essas alimentares, religiosas ou artísticas no mundo colonial e pós-colonial. Encontra-se presente, por exemplo, em vários dos meus estudos e de colegas, especialmente quando se trata de analisar receitas de comidas e ou pratos regionais. Mas é importante lembrarmos que alimentação não é só comida e sim um conjunto de práticas que envolvem desde a produção até o consumo de alimentos, passando por várias formas de comercialização, além dos elementos materiais e simbólicos. Por outro lado, a apropriação de saberes na confecção de pratos (doces ou salgados) na América portuguesa ou em outros períodos históricos e localidades, nas quais os encontros culturais foram significativos segue a tendência de se pensar bem mais o resultado dessas práticas. Por exemplo, considerá-las como hibridização e ou mestiçagem. Focar na mediação cultural (eu prefiro) significa estar atenta mais ao processo do que aos resultados das práticas culturais. No caso da alimentação na América portuguesa, eu me inclino a pensar em termos de apropriação e de reelaboração de elementos de origens diferentes, pois nem tudo é fusão de técnicas e ou de produtos portugueses com aqueles dos povos locais. Assim, a relação entre centro e periferia fica bem mais atenuada.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas na Unicamp – da docência e supervisão de pós-doutorados às funções administrativas – que elementos das suas vivências podem despontar como legado para a geração atual que luta pela manutenção da universidade pública?

Leila Algranti: Acho que vocês colocaram muito bem: os tempos mudam. Entendo que cada geração trava suas batalhas. Essas não são e nem serão as mesmas das gerações

seguintes. Embora na minha trajetória de pesquisa eu tenha evitado fazer uma história institucional, acredito que as instituições sobrevivem às dificuldades. No caso da universidade pública, a semente foi plantada há muito tempo e tem sido bem cuidada. Tenho certeza de que as novas gerações cuidarão muito bem dela. E não penso que seja falsa modéstia, uma vez que em termos de produção histórica consiga ver que pertencço a uma geração de historiadores brasileiros que revolucionou a nossa historiografia com novas perspectivas de abordagens e deu voz aos agentes históricos. De Norte a Sul do país, a Pós-Graduação em História se expandiu de tal forma, que hoje compomos uma área cuja produção é imensa e excelente. Infelizmente, nem sempre os órgãos avaliadores conseguem enxergar todo esse esforço e trabalho que continua sendo feito por nossos ex-alunos e muitas vezes atuais professores. No momento são eles os meus inspiradores. Não penso muito em legado, mas em inspiração e continuidade.

Quais os aspectos da sua experiência de atuação junto à coordenação da área de Ciências Humanas na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que poderiam ser destacados? Quais são os maiores desafios enfrentados pelos historiadores e quais as perspectivas para as Ciências Humanas neste contexto marcado pelo negacionismo e descrédito da ciência?

Leila Algranti: Participar do comitê das Ciências Humanas junto à Fapesp, foi um privilégio incrível, pois pude trabalhar com colegas experientes com enorme bom senso e respeito pelo trabalho científico. Tudo isso sob a coordenação geral de um grande acadêmico e gestor que é o professor Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp naquele período. O que mais me surpreendeu, desde o início da minha atuação na Coordenação da Área de História, foi a excelente qualidade dos projetos que chegavam. A equipe de assessores era incansável nos longos e detalhados pareceres aos seus pares. A cada leva de pedidos, melhores me pareciam ser os projetos e as habilidades dos concorrentes. Mas os recursos foram diminuindo e o número de bolsas também. Foi ficando difícil observar esse movimento. Porém, a Fapesp é uma agência de pesquisa e não de bolsas apenas. Foi o que consegui entender, após todos aqueles anos. Nesse sentido, acredito que enquanto houver recursos para pesquisa no Estado de São Paulo, as Ciências Humanas continuarão a ser contempladas. É bobagem dizer que só as ciências “duras” necessitam de verbas. Vejam a área de Arqueologia, por exemplo, vinculada à mesma coordenação que a História. É impossível desenvolver estudos arqueológicos sem recursos consideráveis. O mesmo se pode dizer em relação a muitos outros aspectos das pesquisas em Ciências Humanas. Atuando como coordenadora de Área aprendi que o lema na Fapesp é pesquisa inovadora e de qualidade. Não importa a área específica. Espero que os governadores de São Paulo (atual e futuros) percebam que sem ciência não iremos a lugar algum; e também que jamais passe novamente pela cabeça de algum deles retirar recursos da Fapesp.

E para encerrar nossa conversa, quais conselhos daria aos jovens recém-egressos dos cursos da área de História?

Leila Algranti: Nesses tempos sombrios (como outros que existiram na História) eu os lembraria que perseguir nossos sonhos e procurar realizá-los pode ser o melhor de tudo. Nesse sentido, eu os incentivaria, reproduzindo algumas palavras do grande mestre Marc Bloch, o qual encerrou seus dias lutando contra o nazismo e o obscurantismo: “Uma das virtudes da História é que ela distrai. Antes do desejo de conhecimento, ela é estimulada pelo simples gosto”.⁴

⁴ LE GOFF, Jacques. *Prefácio*. In. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Referências

CHARTIER, Roger. "A resposta está nos nativos digitais". *Almanaque Hoje em dia*, 28/06/2016.

Fronteiras do Pensamento - Carlo Ginzburg [parte I]. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=QKdfsVBP20E&t=15s. Acesso em: nov. 2021.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. Trad. Stella Mastrangelo. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

LE GOFF, Jacques. *Prefácio*. In. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.